# A GRAMÁTICA DE DIREITOS EM UMA ZONA DE PROSTITUIÇÃO

Clara Luisa Oliveira Silva
*E-mail: clara.oliveira@ifsp.edu.br*

**Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar os modos como a noção de direitos é (re)produzida nas relações de ajuda entre grupos religiosos e mulheres que exercem e/ou exerceram a prostituição na região da Guaicurus, em Belo Horizonte. Na etnografia, realizada entre os anos de 2017 e 2019, os dados foram produzidos a partir dos registros nos diários de campo da pesquisa considerando vivências da pesquisadora no campo, materiais secundários elaborados pelos coletivos de trabalhadoras sexuais e grupos religiosos, bem como das entrevistas semi-estruturadas realizadas com as mulheres que exercem e/ou exerceram a prostituição na região da Guaicurus e ainda com integrantes dos grupos religiosos. As reflexões que apresento aqui são baseadas principalmente na produção empírica constituída a partir das interações com o grupo religioso de base católica. Por seu turno, as ações de intervenção social realizadas por este grupo se baseiam numa espécie de abordagem de direitos em que são mobilizados fortemente os direitos humanos e os direitos sociais daquela que está "em situação de prostituição", realizando um movimento de dessexualização da prostituição ao situá-la a uma concepção de ética do trabalho (quase sempre explorado) e da família.

**Palavras-chave**: Direitos; Prostituição; Relações de Ajuda

## As palavras iniciais sobre a pesquisa e este texto

Este artigo apresenta-se como sendo um recorte das discussões realizadas em minha tese de doutoramento. Realizei uma etnografia multissituada (MARCUS, 1995), entre os anos de 2017 e 2019[1], com o objetivo analisar as relações de ajuda entre grupos religiosos e mulheres que exercem ou exerceram a prostituição na região da Guaicurus, zona boêmia da cidade de Belo Horizonte.

As relações de ajuda entre os agentes religiosos (principalmente, os que sustentam sua prática religiosa no que conforma a tradição judaico-cristã) e prostitutas são relações que, em uma perspectiva inicial (mas não exclusiva), podem ser interpretadas a partir de seus entrelaçamentos a uma concepção abolicionista ou a uma que defende, no geral, a abolição da prostituição e o consequente resgate das chamadas "vítimas" desta atividade, considerada, no âmbito deste modelo de intervenção, como uma violência contra as mulheres (LEITE, 1996; AGUSTÍN, 2005a; 2005b; 2007; MCGROW, 2017; SKACKAUSKAS, 2014).

Em geral, o ideal normativo da ajuda a uma mulher que exerce a prostituição, principalmente quando esta ajuda envolve agentes que pertencem aos grupos religiosos, parece se enredar nos preceitos de "salvação" e "proteção" das prostitutas, as quais são, com raras exceções, historicamente consideradas vítimas, isto é, vítimas do capitalismo, da exploração sexual, da violência dos homens, do tráfico de pessoas, vítimas dos enganos e durezas da vida.

[1] Em algumas partes do texto, apresento narrativas que se referem aos primeiros meses de 2020, narrativas estas que considerei importantes para os aspectos que problematizei na pesquisa.

A priori, parece que a relação de ajuda entre agentes religiosos e prostitutas se configura em meio a um processo de formação da imagem do controle, para os agentes religiosos, e da imagem da necessidade ou falta que implica submissão, por parte das mulheres que exercem a prostituição. Porém, a pesquisa foi concebida a partir de uma proposta de investigar as relações de ajuda entre grupos religiosos e prostitutas de modo a ir além destas imagens, que, se fazem parte da realidade nos espaços de prostituição, não se restringem a elas.

As relações de ajuda têm incidência no(s) modo(s) como as mulheres que recebem a ajuda se constroem como sujeitos éticos que precisam (ou precisaram) da ajuda oferecida pelos grupos religiosos. Da parte destes, as relações construídas estão implicadas, por outro lado, nos processos de subjetivação dos agentes religiosos como sujeitos que oferecem a ajuda ou, em outras palavras, como sujeitos que se constituem trabalhadores da ajuda.

A constituição, por assim dizer, dos sujeitos que ajudam e daquelas que são ajudadas se prende a uma escolha de determinados comprometimentos morais ou aquilo que nos possibilita viver uma vida moral (KLEINMAN, 2006). Além disso, observei que as formas de agência dos sujeitos que se envolvem e se constituem nestas relações de ajuda para além dos termos binários da resistência e dominação, o que se alinha a uma perspectiva de que "[...] a capacidade de agência pode ser encontrada não só em atos de resistência às normas como também nas múltiplas formas em que estas normas são incorporadas." (MAHMOOD, 2006, p. 131).

Ainda no âmbito de um nível individual, e me baseando na Antropologia das Emoções (LUTZ, 1988; 1990; REZENDE; COELHO, 2010; COELHO; REZENDE, 2011), identifiquei que das relações entre quem ajuda e quem é ajudado se (re)produzem os afetos, ou em em outras palavras, existia uma linguagem emocional que integrava a (re)produção das relações de ajuda entre grupos religiosos e mulheres que exercem ou exerceram a prostituição.

Já em um nível coletivo, argumentei que a noção de ajuda, (re)produzida no campo por meio das relações entre agentes religiosos e as trabalhadoras sexuais que constituem parte do movimento organizado de prostitutas, tornando-se mecanismo que conforma uma das maneiras de fazer política em contextos de exercício da prostituição. A ajuda, articulada a uma noção de vulnerabilidade como uma forma de reivindicação política (BUTLER, 2019), configura-se como instrumento de ação política coletiva (TILLY, 1993) em que agentes religiosos e trabalhadoras sexuais operacionalizam suas estratégias de luta a partir de uma linguagem de direitos que nem sempre coincidem, embaralhando nossa compreensão sobre o que constitui, assim, uma "parceria".

A minha compreensão é de que a noção de ajuda se relaciona, em grande medida, com as formas de as trabalhadoras sexuais na região da Guaicurus fazerem política e, portanto, constituírem formas diversas de ativismo. A prostituta ativista se insere neste contexto fazendo negociações e alianças, interagindo com inúmeras organizações, inclusive as de cunho religioso. De seu lado, as organizações religiosas precisam lidar com um contexto em que as trabalhadoras sexuais têm cada vez mais ocupado âmbitos da esfera pública para disputar noções relacionadas à prostituição, o que faz com que tais organizações ajustem sua linguagem a um conjunto de aspectos que operacionalizam modos de vida das trabalhadoras sexuais em torno dos direitos.

E é sobre esta dita linguagem dos direitos que trato aqui neste texto, especialmente no que tange ao processo de sua mobilização da parte dos grupos religiosos. Assim, o objetivo é analisar os modos como a noção de direitos é (re)produzida nas relações de ajuda entre grupos religiosos e mulheres que exercem e/ou exerceram a prostituição na região da Guaicurus, em Belo Horizonte.

Ao longo da etnografia, os dados foram produzidos a partir dos registros nos diários de campo da pesquisa considerando suas vivências no campo, materiais secundários elaborados

pelos coletivos de trabalhadoras sexuais e grupos religiosos, bem como das entrevistas semi-estruturadas realizadas com as mulheres que exercem e/ou exerceram a prostituição na região da Guaicurus e ainda com integrantes dos grupos religiosos. Dois grupos de base protestante e um grupo de base católica atuavam na região da Guaicurus na época da pesquisa.

O Projeto ComPaixão, por seu turno, apresenta-se no contexto de uma iniciativa organizada pelos missionários da Igreja Batista do Barro Preto. As ações realizadas pelo referido projeto abrangem o atendimento não apenas das mulheres cis e trans que trabalham nos hotéis de prostituição na região do hipercentro, mas o trabalho se estende para presídios, centros socioeducativos de jovens, crianças em situação de vulnerabilidade, entre outros. Semelhante projeto tem uma coordenadora que organiza as ações de voluntários, todos estes da igreja a que fiz referência. Em 2019, o grupo contava com cerca de 12 pessoas que, portanto, se deslocavam para as ações de intervenção realizadas nos hotéis da Guaicurus, já que o grupo não tinha sede na região.

O Jovens com uma Missão (JOCUM) representa um movimento interdenominacional que se baseia "na mobilização de jovens de todas as nações para a obra missionária". Foi fundado em 1960 por Loren Cunningham, pastor e líder de jovens das Assembleias de Deus em Los Angeles, depois que ele levou o seu grupo de jovens para uma viagem ao Havaí[2]. A JOCUM é formada por um coordenador e por pessoas voluntárias que professam a mesma fé. O grupo, assim como o Projeto ComPaixão, não tem um espaço específico para atendimento na Guaicurus.

De base católica e vinculada ao Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor[3], a organização Diálogos pela Liberdade é formada por um grupo de pessoas religiosas e leigas que se "sensibilizaram com a questão das mulheres que exerciam a prostituição nos bairros da Lagoinha e Bonfim" (DIÁLOGOS PELA LIBERDADE, 2019). Surgiu como Pastoral da Mulher Marginalizada, em 1982, e, segundo relatos de Rita, uma das funcionárias que está há mais tempo na organização, o adjetivo "marginalizada" foi retirado da denominação depois de intensas reivindicações das mulheres que naquele contexto eram atendidas. Depois de muitos anos sendo formalmente nomeada como Pastoral da Mulher, o nome Diálogos pela Liberdade se consolidou em 2016, conforme mencionei, tendo em conta o interesse da organização em "ampliar seu alcance, expressar sua filosofia e modo de atuar" (DIÁLOGOS PELA LIBERDADE, 2019)[4].

No âmbito do grupo Diálogos pela Liberdade, o qual tem suas instalações localizadas em uma avenida da região central a poucos passos da Rua Guaicurus, foi possível a realização

---

[2] O aprofundamento sobre a história da JOCUM pode ser feito a partir da leitura do livro "*Pode falar, Senhor... Estou ouvindo*", livro este escrito por Loren Cunningham e Janice Rogers, e publicado em 2018.

[3] Ordem religiosa que é fundada em 1870 na Espanha, a partir do trabalho que vinha sendo realizado em Ciempozuelos (Espanha) por Madre Antonia e Padre José Maria Benito Serra que abrem a primeira casa de acolhimento para receber as mulheres que desejavam sair da prostituição. Reproduzo trecho retirado do site institucional da ordem religiosa: "Nós, Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, somos um grupo de mulheres chamadas, convocadas e enviadas a viver em comunidade, o seguimento de Jesus, sendo Boa Notícia do Reino para as mulheres que exercem prostituição e/ou no enfrentamento na luta pelas que são vítimas do tráfico para fins de exploração sexual. Nosso ser de Oblatas faz com que comprometamos nossas vidas em favor da igualdade, da justiça, da libertação e da vida". Atualmente, projetos das Irmãs Oblatas estão presentes em 15 países, dentre estes, o Brasil. No Brasil, além do Diálogos pela Liberdade (em Belo Horizonte), vinculados ao Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor existem mais três projetos relacionados ao trabalho com as mulheres que exercem prostituição, os quais são: Força Feminina (Salvador), Pastoral da Mulher (Juazeiro) e Antônia (São Paulo).

[4] Ao longo deste texto, quando das menções a esta organização, utilizo o nome Diálogos pela Liberdade, mas utilizo a palavra "pastoral" ou o termo "pastoral da mulher", pois estes dois últimos ainda são os termos pelos quais as mulheres reconhecem a organização na maior parte das vezes.

de observação (CRUZ NETO, 1994) a respeito das dinâmicas e relações que eram cotidianamente produzidas naquele espaço entre as agentes religiosas e as trabalhadoras sexuais que adentravam o chamado "*Cantinho da Paz*". Convivi com as freiras, os missionários, padres que apoiavam o projeto, os voluntários, as pessoas ditas "leigas" que eram as funcionárias do projeto, por exemplo, profissionais como assistente sociais, psicólogas, educadoras socais, auxiliar de serviços gerais. E realizei entrevistas semiestruturadas (CRUZ NETO, 1994; DUARTE, 2004) com parte dessas pessoas. O tempo no campo permitiu que fossem coletados discursos produzidos pelo grupo em revistas, site institucional, blog e outras redes sociais. Neste artigo, as reflexões são tecidas principalmente considerando esse corpus empírico a partir das minhas interações com este grupo.

Para além desta seção de caráter introdutório, três partes compõem este texto. Na primeira parte, e, principalmente, a partir da análise de publicações que constituem parte da produção de conhecimento sobre prostituição feita pela pastoral, apresento os sentidos que se atrelam ao que se constitui como "direitos" neste campo de intervenção social. A segunda parte descreve os modos como a pastoral se posiciona em relação às tentativas de regulamentação, buscando problematizar, assim, sobre os limites dos direitos que são possíveis ou não de se mobilizar. E, na parte final, apresento algumas considerações.

## A(s) noção(ções) de direitos e prostituição: os léxicos das histórias (re)produzidas

.

A categoria de "*direitos*" tem sido disputada no campo político da prostituição por diferentes atores que o constituem. Diferentes trabalhos trouxeram discussões a respeito das ações que caracterizaram os modos de as prostitutas se organizarem politicamente ao longo dos anos (BARRETO, 2015; GUERRA, 2019; TAVARES, 2014; 2016). Em um primeiro momento, cito breves reflexões sobre como as próprias prostitutas têm contribuído para o debate dos direitos que lhe dizem respeito.

A luta das prostitutas organizadas gira em torno do reconhecimento destas mulheres como sujeitas de direitos. No I Encontro Nacional de Prostitutas, ocorrido em 1987, o foco das ações de militância ensejadas pelas mulheres era, além de causas sociais comuns que estavam latentes com a redemocratização, a luta contra a violência policial que atingia as mulheres que exerciam a prostituição, especialmente aquelas que trabalhavam nas ruas. A partir de 1989, a agenda política do movimento de prostitutas se volta para a reivindicação dos direitos fundamentais que se baseava "[...] na universalidade, na vida e na dignidade humana delas enquanto mulheres [...]", isso em um cenário de combate à epidemia que marcava aquela época, qual seja, a AIDS (OLIVAR, 2012, p. 94).

Já na década de 1990, ainda que em meio a uma série de divergências políticas no contexto do movimento, propõe-se também a luta pelos direitos trabalhistas. As divergências se deram entre as mulheres que defendiam a profissionalização da prostituição e o reconhecimento social e jurídico da atividade como um trabalho amparado então pelos direitos trabalhistas, e as mulheres que defendiam que as ações do movimento deveriam ser orientadas para o reconhecimento de seus direitos enquanto mulheres, ou o que seria o alcance de direitos mais genéricos. De modo similar, a ideia de demarcar a prostituição como um direito sexual esbarra em diferentes pontos de vista e estratégias de lidar com a prostituição, com o estigma que recai sobre quem a exerce e com a própria sexualidade (OLIVAR, 2012).

Interessa-me, contudo, compor uma discussão sobre como os grupos religiosos que atuam na Guaicurus se envolvem (ou não) neste debate acerca dos direitos das prostitutas, e o que considero mais importante aqui, como estes grupos acionam determinada linguagem de

direitos na construção de relações de ajuda com as prostitutas, principalmente com aquelas que se encontram organizadas politicamente no campo. Dedico-me, pois, a partir de agora, a apresentar a descrição de experiências vividas e os discursos produzidos no correr da pesquisa e que se relacionam com aquela problemática.

Observo que, entre os grupos religiosos que atuam na Guaicurus, o grupo católico ou a pastoral é o que, nos últimos anos, tem mais se valido do conceito de direitos para sustentar o trabalho que desenvolve neste contexto da prostituição. Skackauskas (2014) mostra que a noção de direitos tem sido articulada, de modo geral, nos discursos e nas práticas da Pastoral da Mulher Marginalizada desde a década de 1990. No caso específico da pastoral de BH, não foi possível estabelecer precisamente essa linha temporal, mas os agentes contam sobre como essa noção de direitos foi ganhando importância no grupo e orientando a direção no trabalho realizado com as mulheres, como apresento no que se segue.

No início do ano de 2019, no segundo dia que eu participava do *Curso Intervenção Social na Prostituição e suas Interfaces*, promovido pela pastoral, as integrantes da pastoral iniciaram uma exposição que intentava evidenciar a "*abordagem dos direitos*" que baseava o trabalho ali desenvolvido. Uma das agentes afirmava: "*o projeto não tem atuação assistencialista, a gente vai procurando a via dos direitos*". Outra agente enunciava: "*nosso objetivo é denunciar a violação de direitos humanos*". E ainda outra integrante do grupo dizia: "*a luta é por direitos pra elas, mas não é só pra elas, é com elas e por elas*".

Cito essas afirmações acerca dos direitos e que foram proferidas no curso de voluntários para chamar a atenção sobre o modo como os grupos religiosos que atuam na Guaicurus, em especial, a pastoral, traz a questão dos direitos para o âmbito das relações que desenvolve com as trabalhadoras sexuais.

Primeiramente, estamos falando de um grupo de base religiosa, então a linguagem religiosa torna-se o eixo para a elaboração de uma perspectiva de direitos.

> A gente não tem religião, a gente tem espiritualidade. Eventualmente a gente pode ter até uma missa, às vezes até um pedido das mulheres, como uma missa de sétimo dia, a gente celebra algumas festividades católicas como, por exemplo, Páscoa, Sexta-feira da Paixão, Lava-pés, Nossa Senhora Aparecida, Natal. Mas a gente sempre procura introduzir alguma coisa ligada aos direitos [Aos direitos?] É, aos direitos, sabe? Então por exemplo, nós vamos fazer uma celebração de Natal, então de repente é Jesus nascendo na zona. Aí que que ele encontrou lá, que que ele viu. Entendeu? Não sei se pode falar direito, mas acho que é. Então o lava-pés, não é só você lavar o pé, é você se colocar a serviço, é você reivindicar direitos, é você não ter que ser subalterna [...] (Bertha).

A *abordagem dos direitos* nem sempre caracterizou a metodologia de trabalho da pastoral. Segundo uma agente da pastoral, ao longo dos anos, foi sendo definida uma metodologia de trabalho que privilegiasse o protagonismo das mulheres na luta por determinados direitos.

> Então foi assim que chegou um momento, e isso que eu quero falar é pra dizer isso, começou a trabalhar as irmãs, as mulheres, trabalhar um pequeno protagonismo, a fala das mulheres, a luta por direitos, era moradia, educação, sobre a questão do preconceito. Não se falava estigma como hoje, mas se trabalhava, ia pra praça, tem fotos que mostram isso. E aí essas mulheres começam a ganhar uma certa segurança, mesmo estando dentro do âmbito religioso, mas um religioso que não é tradicional, porque aí eu acho que seria um abafamento muito maior da voz delas, que iria segurá-las e reprimi-las a partir do sentimento da culpa. (Rita).

Na análise considerando as postagens do blog da organização, identifico que a ênfase dada à temática dos direitos fica mais evidente a partir do ano de 2015[5]. Em 2014, a discussão sobre os direitos quase sempre era feita no enquadramento dos debates sobre tráfico de pessoas com fins de exploração sexual. É também do ano de 2015 uma edição do jornal *Grito Mulher* que trazia o tema sob o título "*Elas têm direitos*".

Figura 01: Jornal Grito Mulher – "Elas têm direitos"




Fonte: Site da organização Diálogos pela Liberdade, 2015.

Nesta capa, são apresentadas as seguintes palavras:

*Esta edição do Grito Mulher pretende suscitar o debate sobre a situação das mulheres que exercem a prostituição, o estigma e as violações de direitos humanos que lhes afetam particularmente (como violência, falta de condições mínimas de higiene, insalubridade dos locais de prostituição, exploração econômica e a falta de proteção frente a determinados clientes e donos desses locais).*

*Para além da velha e ultrapassada discussão entre abolicionistas e regulamentaristas, pretendemos promover a reflexão a partir de novas perspectivas, surgidas dos relatos e*

[5] Faço esta afirmação considerando que tive acesso a uma produção de materiais elaborados pela organização somente a partir de 2014.

*demandas apresentadas pelas próprias mulheres que estão nesse meio. Buscamos também motivar a discussão sobre quais são as medidas mais eficazes para seu empoderamento e para sua proteção social e jurídica.*

*As experiências destes anos no acompanhamento de mulheres em situação de prostituição nos ensinou que não serve qualquer medida abolicionista nem qualquer tipo de regulamentação. O enfrentamento da vulnerabilidade e a discriminação que sofrem nos exige "sair da caixinha", pensar diferente, determinar caminhos alternativos, em colaboração com outras entidades e movimentos sociais e com as próprias associações de prostitutas que lutam para melhorar suas condições de vida.*

A publicação era composta por quatro textos escritos por integrantes da pastoral, textos que passo a descrever a fim de identificar os debates que levantam.

O texto "*Direitos trabalhistas para as mulheres que exercem a prostituição?*" traz o argumento de que as violações de direitos estão relacionadas a uma falta de reconhecimento da identidade destas mulheres como trabalhadoras. Em um trecho, temos: "*Precisamente por essa clandestinidade, por essa falta de normatividade, as transgressões, e as vulnerações de direitos podem acontecer com maior facilidade. Ao deixar de prever garantias e direitos básicos às pessoas que escolhem esta atividade como forma de ganhar a vida, se lhe impede o reconhecimento da sua identidade de trabalhadoras e que possam receber a proteção do Estado. Este fator, que nega sua plena cidadania, vem a reforçar ainda mais a estigmatização daquelas que estão na prostituição*".

Afirma-se que a exploração econômica incide no mercado do sexo, e, diante dessa situação de grande desequilíbrio econômico entre quem contrata e quem é contratada, situação, portanto, favorável para o cometimento de abusos e violações de direitos, invoca-se o papel do Estado na garantia destes direitos.

Quem escreve ainda situa a visão da prostituição como uma prática no contexto de uma sociedade machista. "*É verdade também a prostituição como instituição não pode compreender-se fora da estrutura patriarcal, sistema social, político e econômico, no qual os homens controlam, individual e coletivamente, o trabalho, o corpo e a sexualidade das mulheres. A prostituição não é um problema exclusivamente individual de quem exerce e quem paga, é uma questão também social, porque estamos falando de desigualdade econômica e de gênero e de ideologia patriarcal. Por isso, a instituição prostituição, base sustentadora dessa ordem (desordem?) deve ser combatida no plano cultural e político*".

Neste contexto, parece se demarcar o eixo de luta empreendida pela pastoral: *"[...] melhorar aqui e agora suas* [das mulheres que exercem a prostituição] *condições de vida e trabalho no curto prazo, sem perder o horizonte de trabalhar por mudanças culturais e sociais no longo prazo*".

Em outra parte do texto, lê-se que a defesa dos direitos civis e trabalhistas das mulheres que exercem a prostituição não se opõe a uma perspectiva feminista de luta por uma sociedade com igualdade nas relações de gênero. Defender esses direitos não significa que se defenda a prostituição. Evidencia-se essa ideia trazendo um exemplo da luta pelos direitos das empregadas domésticas. "*Da mesma maneira que lutar para que as empregadas domésticas (uma profissão, herança escravista, que só se mantém através da exploração de uma classe social por outra) tenham mais direitos trabalhistas reconhecidos não significa concordar com esta instituição e com a divisão sexual do trabalho que ela manifesta*".

Nessa linha, a defesa destes direitos trabalhistas não implica a defesa da regulamentação da prostituição, como se coloca em: "*A regulamentação em si mesma, formalmente, não é decisiva. Uma determinada regulamentação da prostituição pode agravar a exploração e*

*reforçar o patriarcado ou pode fornecer às mulheres proteção de seus direitos, tudo depende do conteúdo dessa normativa e a quais interesses serve*".

O texto "*Voz na Prostituição*" constitui-se em uma entrevista com duas lideranças do movimento de prostitutas, Cida Vieira (APROSMIG) e Joice Oliveira (na época, na DAVIDA). As mulheres refletem sobre as condições de trabalho das prostitutas quando se trata dos principais problemas que enfrentam. Cida Vieira, em um trecho de sua fala: "*Olha, rua tem que ter banheiro e mais policiamento. Boate, mulheres trabalhando? É proibido e é crime beber em lugar de trabalho. Então as mulheres não têm que beber enquanto trabalham. Nos hotéis, adaptar as formas. Vem a vigilância sanitária e outros órgãos responsáveis pela higiene e segurança*". Destaco também uma das colocações de Joice Oliveira: "*Os principais problemas são: valor das diárias; muito caras. A higiene é precária. Trabalhamos com nosso corpo. Pelo valor que a gente paga queremos um hotel limpo e tem hotel que é muito sujo. Outra questão é a segurança. Nos problemas com homens nos quartos os seguranças tem que ser melhor orientados em como conduzir a situação; tinham que ser mais qualificados para nos atender, nos proteger*".

O preconceito aparece como um dos assuntos da entrevista. Uma das falas de Cida Vieira que compõe o texto é esta: "*Devido ao preconceito as mulheres têm medo de serem reconhecidas e isto dificulta que se associem para reivindicar direitos. Se as pessoas se conscientizassem que esta atividade é um trabalho e elas mesmas se movimentassem, conscientizassem que nós somos um movimento social reconhecido a violência diminuiria*".

O texto "*Estigma na Prostituição e Luta por Direito*s" problematiza acerca do estigma sofrido pelas trabalhadoras sexuais. O estigma é entendido como um aspecto que aumenta a situação de vulnerabilidade social das mulheres que exercem a prostituição. Em um dos trechos, lê-se: "*O estigma é um mecanismo de controle tão efetivo que as trabalhadoras sexuais passam a "se ver" com o olhar daqueles/as que as discriminam. Assim, são lesadas em sua autoestima e são marcadas pela ambiguidade: sentem vergonha do que fazem e introjetam a imagem que a sociedade tem delas: "não presto". Estigmatizadas, envergonhadas e com medo de serem identificadas pelo trabalho que exercem acabam não se associando para reivindicar direitos*".

O último texto do jornal inicia afirmando que o foco daquela organização religiosa torna-se a defesa e a garantia dos direitos e a luta contra a discriminação e o preconceito contra as mulheres que exercem a prostituição. Este compromisso intitula o próprio texto: "*Garantia de direitos e a luta contra a discriminação*". Em formato de entrevista com uma das prostitutas atendidas pela pastoral, discute-se sobre o valor abusivo das diárias nos hotéis, a precária infraestrutura oferecida, a segurança no trabalho, as dificuldades de as mulheres se organizarem para lutarem pelos seus direitos, o preconceito sofrido, a regulamentação da prostituição. Sobre este tema, apresento o fragmento que encerra o texto: "*Outra coisa, mesmo que se tente legalizar, a sociedade ainda não está preparada para isto. A sociedade é hipócrita. Se hoje muitas pessoas não veem a prostituição como realidade, que é uma atividade profissional, discriminam, você acha que só o fato de legalizar vai tirar este preconceito todo?*".

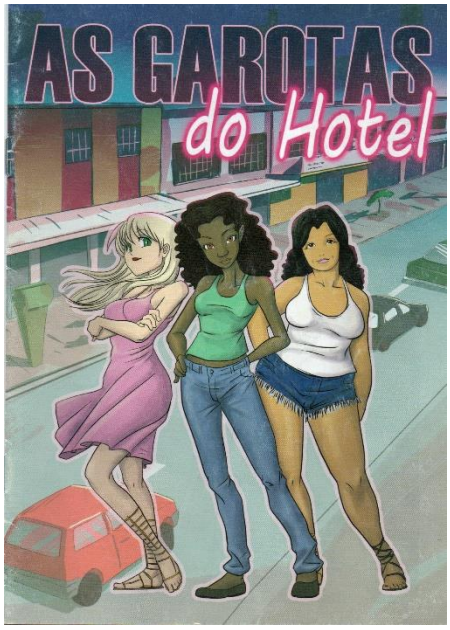
Além de algumas edições do jornal *Grito Mulher*, deparei-me com um conjunto de revistas elaboradas e publicadas pela pastoral. São revistas de poucas páginas, no máximo doze, e seu conteúdo abarca histórias em quadrinhos cujas personagens são mulheres que trabalham em hotéis da Guaicurus. As histórias se tornam uma das formas de problematizar alguns assuntos como o estigma e o preconceito sofrido pelas mulheres, as relações abusivas, as condições de trabalho, bem como apresentar informações sobre aspectos da saúde da mulher, centros de referência para atendimento. Os traçados e cores dos quadrinhos me remetem aos famosos mangás japoneses. Aliás, mais de uma vez, ouvi as agentes religiosas e as trabalhadoras sexuais falarem desse material utilizando tal referência.

Durante a pesquisa de campo, reuni para análise os quatro exemplares publicados até então. Durante a fase de escrita deste texto, foi publicada mais uma destas revistas, a qual também insiro na análise. As revistas são, prioritariamente, distribuídas junto a outros *folders* nas visitas que os agentes e voluntários da pastoral fazem aos hotéis da região, no que chamam de fase de *Aproximação/Abordagem*. Para uma das integrantes da pastoral:

> Esses materiais todos que a gente constrói ao decorrer dos anos a gente vai levando esses materiais pra elas, mangá sobre DST, vai trabalhar dicas de segurança, aonde que é pra você pegar, se o preservativo furou, aonde você vai. Então a gente vai construindo esses materiais à medida do que a gente percebe que as mulheres precisam de informação, então a gente vai construindo e vai distribuindo nesses momentos de visita. (Jurema).

No ano de 2015, e com uma tiragem de 2000 exemplares, publica-se a primeira edição da revista.

Figura 02: Capa da primeira edição da revista "As garotas do hotel"




Fonte: Diálogos pela Liberdade, 2015.

As personagens são Baiana, Cristal e Carol. Por meio de seus diálogos, são abordados diversos assuntos. Inicia-se a história tematizando as relações familiares. Cristal trabalha para sustentar o companheiro, chamado de "gigolô", e os diálogos dão a entender que ela se encontra em uma relação abusiva. Baiana trabalha para sustentar a filha e esconde o fato de ser trabalhadora sexual.

Além de apontarem situações como as que dizem respeito ao não pagamento dos programas, Carol protagoniza uma cena em que expulsa um cliente do quarto. O motivo levanta uma questão relacionada à saúde: a realização de programa sem camisinha. Neste sentido, reforça-se o uso do preservativo para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

As mulheres ainda conversam sobre as condições de trabalho, especificamente, sobre a precariedade da infraestrutura dos hotéis na Guaicurus, levantando que o valor da diária é alto

considerando o que é oferecido. "*A gente poderia se unir para melhorar o nosso lado, né?*", diz uma delas.

Reproduzo a seguir um diálogo entre Baiana e Carol. O tema é violência. Elas conversam sobre o estupro de uma trabalhadora sexual. Associam o estupro ao consumo de pornografia pelos homens. A narrativa chama a atenção para a violência institucional que acontece quando, por conta do trabalho com o sexo, se normaliza o estupro de uma prostituta. A fala do policial, por exemplo, remete ao estigma que, assim, perpassa a figura da mulher prostituta.

***Carol**: [...] Você soube da Camila?*

***Bianca Baiana**: Eu soube. Ela foi estuprada. Os caras ficam vendo esses filmes pornô de violência e acham que podem fazer na vida real. Muitos se irritam e ficam agressivos.*
*Mas avisaram a polícia. Ela foi à delegacia?*

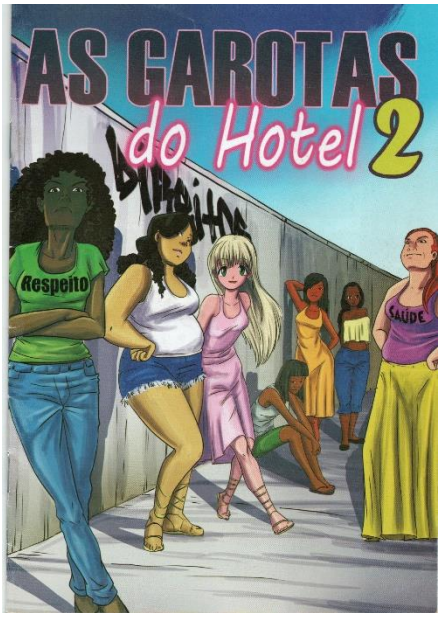
***Policial**: Não tem o que fazer. Estuprada na zona? Não tem argumento. Vocês estão sujeitas a isso. Quem procura acha.*

***Carol**: Nessas horas que a gente vê como os direitos humanos, direitos das mulheres não valem pra gente. Polícia nem um pouco preparada. Pura hipocrisia. A gente tem que lutar contra essa violência. Não é por que sou garota de programa que podem fazer o que quiserem. Eles têm que pagar e o programa só rola se eu quiser. Tem que ter mais segurança pra gente. E as delegacias de mulheres?*

***Mensagem final***
*O povo acha que a gente vende o corpo. O corpo continua meu e eu quero que continue inteirinho. Homem acha que mulher é coisa? Coisas não têm família, sentimento ou direitos. Esse tipo não tá com nada. Eu não sou máquina. Sou gente. Tenho família pra cuidar.*

A segunda edição da revista foi publicada em 2016. A publicação é composta por sete histórias curtas.

Figura 03: Capa da segunda edição da revista "As garotas do hotel"



Fonte: Diálogos pela Liberdade, 2016.

Na história cujo título é "*A vida sem rodeios*", a personagem Baiana fez um programa sem camisinha e vive a tensão de confirmar, por meio do resultado de um exame, se contraiu alguma infecção sexualmente transmissível (IST) ou não. Indicações do site com informações sobre as ISTs e o número de telefone de um Centro de Testagem e Aconselhamento aparecem ao final. Em "*Se virando na vida*", uma mulher fala dos seus vinte e cinco anos de trabalho na Guaicurus trazendo o motivo pelo qual iniciou o trabalho sexual nos hotéis. *"[...] Quando chegamos na cidade, eu não conseguia emprego de jeito nenhum. E com o pai dos meninos doente, tive que me virar*". A questão das condições de trabalho é levantada quando se exige segurança nos hotéis: "*Nós somos hospedes dos hotéis. Temos que ser atendidas da melhor maneira, ter segurança*". Em uma parte desta história, ainda se faz uma crítica à pornografia: "*Já salvei muito casamento. Aconselhei muito marido a não se separar. Os bestas ficam vendo filme pornô, porque agora é só procurar na internet, né, e acham que a esposa tem que ser igual às atrizes. Nem aqui na zona dá pra fazer de tudo. Tem cada coisa esquisita, violenta, parece que pensam que mulher é coisa. A gente não está aqui pra ser machucada não!*".

Em "*Coragem para enfrentar*", tem-se a história de uma garota de programa que, reconhecida por um cliente no transporte público, é assediada por este homem. A mulher enfrenta o homem ameaçando denunciá-lo e, no fim, deixa a mensagem: "*Alguns homens já vão logo metendo a mão na gente. Garota, não se deixe intimidar! Toda mulher tem o direito de não sofrer violência e de não ser discriminada, seja ela quem for, independente da atividade que exerce. Não vamos nos submeter a ameaças! Vamos nos unir e enfrentar!*"

Na história "*Direito de hóspede*", discute-se sobre a infraestrutura e os serviços oferecidos quando se trata das acomodações que as mulheres alugam nos hotéis para trabalharem. Cristal reclama da limpeza do quarto em que trabalha trazendo em perspectiva os abusos que são cometidos pelos funcionários e/ou donos de hotel. Transcrevo os diálogos a seguir:

***Cristal**: Nossa... que isso?*
*[Cena do quarto desarrumado]*

***Cristal**: Ei!!! [apontando para um homem funcionário do hotel] Olha aqui, o quarto está horrível. Eu não entro aí desse jeito não.*

***Funcionário do hotel**: Você tem que limpar o quarto para atender.*
***Cristal**: Eu sou a empregada do hotel? De camareira, eu só tenho a fantasia, viu?!*
***Funcionário do hotel**: Não tem gente pra limpar o quarto não.*
***Cristal**: Eu venho para trabalhar. Estou pagando a diária. Não vou fazer faxina. Eu não estou pedindo. Este é meu direito de hóspede, não é, meninas?!*

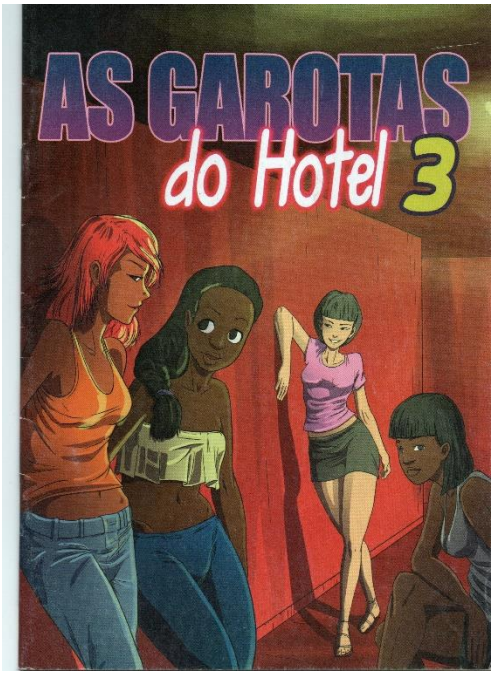
*[Cena de outras mulheres no corredor do hotel]*
*É isso aí!*
*Quero ver agora...*

*[Cena do funcionário do hotel arrumando o quarto]*

***Mensagem final***
*A limpeza dos quartos não é um favor, pois estamos pagando caro aqui. Somos hóspedes exigindo o serviço.*

Em 2017, a terceira edição da revista "*As garotas do hotel*" foi publicada.

Figura 04: Capa da terceira edição da revista "As garotas do hotel"



Fonte: Diálogos pela Liberdade, 2017.

Nesta revista, destaco duas histórias. Na história "*Novos ares, novos olhares*", as personagens Lu e Karen conversam animadas sobre a oferta de cursos na pastoral. Já em "*Garota prevenida*", lemos sobre a situação em que uma trabalhadora sexual recusa a realização de um programa sem camisinha. O enfoque, assim, recai sobre a prevenção de doenças que podem ser transmitidas com o sexo.

*[Cena de uma mulher negra de cabelos vermelhos, na porta do quarto no hotel, negociando o programa com um homem branco de cabelos castanhos]*

*[Cena da mulher e do homem dentro do quarto, e a mulher pega a camisinha]*

***Homem**: Que isso, gata. Vai ser só sexo oral. Pode guardar isso aí. Vem cá.*

***Mulher**: Ô amore, isso aqui é para a nossa proteção. E você vai ver como é bom. Vou caprichar... Senta aqui. Sexo oral também precisa de camisinha, sabia?*

***Homem**: Não, sério? Mas e se eu pagar a mais?*

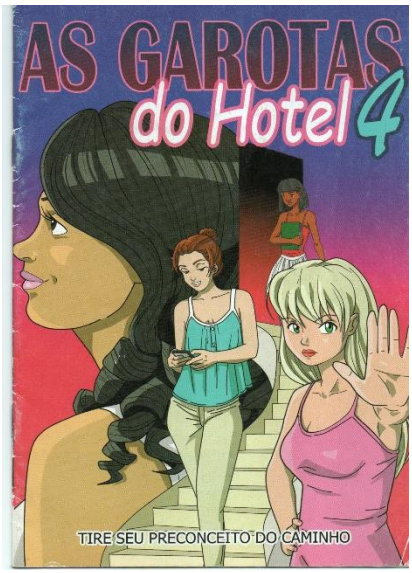
***Mulher**: Não tem dinheiro que pague minha saúde, benzinho. E nem a sua, não é?*

***Homem**: Mas...*

***Mulher**: Você sabia que o contato com o sêmen já é suficiente para transmitir doenças? Agora, imagine se todas as garotas aqui fizessem sexo sem camisinha toda vez que um cliente pedisse. Eu não faço. Em mim, você pode confiar! Sexo só com camisinha! Por mim e por você.*

A quarta edição da revista foi publicada em 2019. Nesta revista, concentram-se narrativas que abordam os motivos da entrada na prostituição, as relações abusivas com a família, o alto valor das diárias nos hotéis, a infraestrutura precária destes hotéis e o preconceito sofrido em situações cotidianas, fora e dentro da zona.

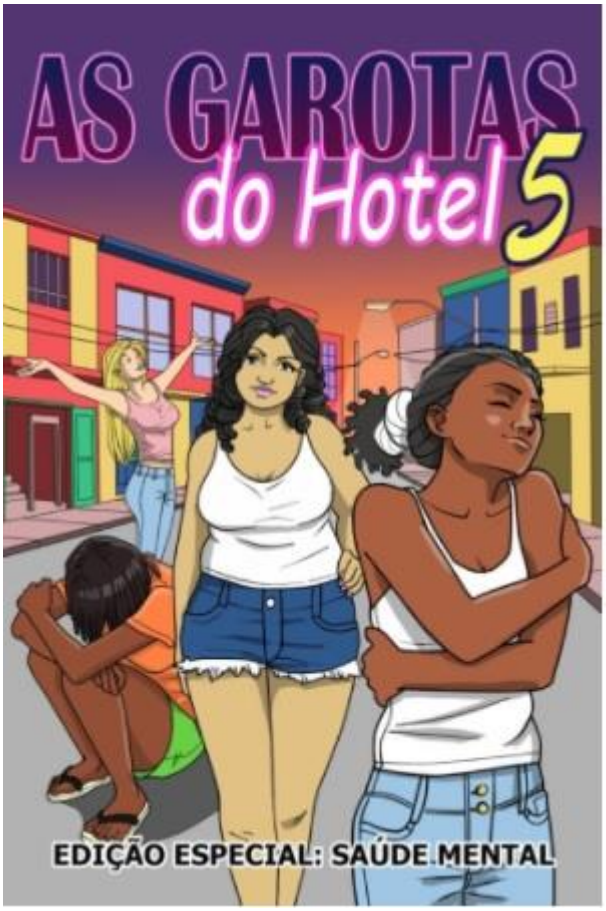
Figura 05: Capa da quarta edição da revista "As garotas do hotel"




Fonte: Diálogos pela Liberdade, 2019.

Em 2020, publica-se a quinta edição da revista. As quatro edições da revista foram produzidas considerando a realidade do exercício da prostituição nos hotéis da região da Guaicurus, em Belo Horizonte. Na quinta edição, por seu turno, traz as histórias que foram construídas considerando as experiências das mulheres atendidas nos quatro projetos coordenados pela rede oblata. A produção deste material, ao que parece, foi de forma conjunta entre as unidades que formam esta rede. No site de divulgação da revista, aparece a seguinte descrição relacionada à revista: "*Este material socioeducativo e de sensibilização visa o enfrentamento do estigma sofrido pelas garotas de programa e destaca a situação de vulnerabilidade social. Busca também a conscientização sobre a realidade das mulheres, apresentando um olhar de dentro para fora, com empatia e respeito. A intenção também é empoderá-las com informação para que possam lutar por seus direitos humanos, frequentemente violados*".

Figura 06: Capa da quinta edição da revista "As garotas do hotel"



Fonte: Diálogos pela Liberdade, 2020.

O tema da revista é saúde mental, e as histórias trazem situações que as trabalhadoras sexuais enfrentam, como a depressão, além de diversas fobias. Por meio das histórias, recomendações são feitas quanto ao perigo do uso de "*remédios controlados*" sem prescrição médica, e ainda se coloca a importância do acompanhamento de um profissional capacitado durante todo o tratamento. Não obstante o foco da publicação ser saúde mental, a leitura do texto nos permite compreender a (re)produção de imagens que se conservam a respeito da prostituição e da prostituta.

Na história "*Cuidando dos nervos*", as mulheres estão numa roda de conversa sobre os cuidados com o corpo e com a mente. A facilitadora pergunta sobre os motivos que levaram as mulheres a exercerem a prostituição, e temos respostas como estas: "*Mas eu faço tudo pelos meus filhos e é por eles que tenho coragem de fazer programa ainda, pra não passarem necessidade. Eles são minha riqueza*". O abuso sexual quando criança é citado na trajetória de outra mulher que hoje exerce a prostituição. Uma trabalhadora sexual diz que, em dada época, resolveu ir para a praça da cidade ganhar dinheiro com o sexo parece se justificar para o grupo: "*Gostar eu não gosto não, mas eu não estudei, não conseguia trabalho. Quando eu consegui comprar leite, feijão e arrumar o dente do meu menino, acabei ficando. A cabeça também ficou doendo, mas é o que tinha*". Outra mulher que também participava da roda de conversa diz o seguinte: "*O povo fala pra gente arrumar emprego, mas como? Sem estudo, sem referência, com filhos pra alimentar, com fome. Só eu sei o que passei na vida. Isso aqui não é fácil não*". "*Se tivesse como ter uma vida melhor você acha que eu não queria não? É fácil apontar o dedo e achar que a gente é lixo, que não é ser humano*". Quando se pergunta sobre o sonho das participantes da roda de conversa, uma das mulheres responde: "*Eu sonho com o dia em que*

*vou largar essa vida. Isso aqui é temporário. Preciso de um trabalho. A prostituição não dá mais o que dava antes. Tenho fé que esse dia vai chegar*".

Neste contexto, percebo que a prostituição é mobilizada como uma noção colada à família, isto é, a prostituição é algo a que a mulher, com baixa escolaridade e sem trabalho, deste modo, uma mulher vulnerável, se submete por conta dos filhos, por conta do sustento de sua família. E, diante disso, o que mais a mulher prostituta deseja é abandonar a prostituição.

Seja o conjunto destas revistas, o jornal a que me referi anteriormente, bem como os discursos das agentes apontam para a existência de uma gramática de direitos que vai sendo acionada nas relações que a organização religiosa constrói com as mulheres que exercem ou que exerceram a prostituição, mas também nas relações que a pastoral tem, contínua ou esporadicamente, com outros atores, como representantes da Igreja Católica, com esferas do Estado ou com os donos dos hotéis de prostituição na região.

Chamo a atenção aqui, em um primeiro momento, para o fato de que não me parece extraordinário que uma organização como a pastoral enfatize ou utilize uma "*abordagem dos direitos*". Apesar de oficialmente o grupo não mais se denominar como pastoral, o surgimento do mesmo se deu ainda no enquadramento de um certo ativismo religioso que se ligava à Teologia da Libertação. Considerando essa conjuntura, Rosado-Nunes (2008, p. 69) reconhece a contribuição da Igreja Católica no Brasil que, a partir de sua organização pastoral, favorece a construção de uma "cultura de direitos".

> A Igreja incorporou a noção de direitos em seus discursos e proposições de ação pastoral e a transmitiu a suas/seus fiéis, dando ênfase aos direitos sociais, relacionados com a ideia de justiça social, e aos direitos individuais, na medida em que era necessário invocá-los a favor de presos políticos. Isso é particularmente importante diante da história política do país, marcada por uma tradição de autoritarismo e domínio de elites conservadoras e da própria Igreja Católica, historicamente aliada aos grupos de posição política mais conservadora e aos governos *en place*.

O discurso teológico que se alinha à formação de comunidades religiosas comprometidas politicamente, o que já se evidencia ainda no início da ditadura militar no Brasil, mas que se fortifica entre as décadas de 1970 e 1980, e no período de redemocratização do país, constitui a fundação de organizações tais como a pastoral. Mesmo com o passar dos anos e as mudanças de nomes e vinculações hierárquicas, como ocorreu com o grupo católico, ainda tem seus efeitos na dinâmica de relações construídas entre a pastoral e as mulheres atendidas.

Compreendo que o enfoque nesta "*abordagem dos direitos*" defendida pela pastoral repousa sobre os direitos humanos e os direitos sociais. Enuncia-se sobre o direito à saúde, o direito à educação (ou profissionalização), o direito à previdência social e o direito ao trabalho. Sobre este último, não quer dizer que a organização se posicione em defesa do trabalho sexual. A possibilidade de aventar acercar disso é até explicitamente negada na redação de um dos textos do *Jornal Grito Mulher* que descrevi anteriormente. O direito ao trabalho se confunde, por vezes, com direitos trabalhistas quando se reivindica a garantia de melhores condições no espaço de trabalho, ou hotéis (valor das diárias, limpeza do espaço, segurança), e uma proteção jurídica mínima do Estado, o que não significa a promoção de qualquer modelo de regulamentação da prostituição. O direito à cidadania aparece quando se manifesta contra o estigma e o conjunto de situações enfrentadas pelas trabalhadoras sexuais.

Entretanto, mais importante que elencar essa lista de direitos que podem ser mobilizados a partir das ações da pastoral seria refletir sobre o que essa mobilização (re)produz ou deixa de (re)produzir neste campo de disputa acerca das noções de prostituição.

De modo similar ao que foi observado no contexto de pesquisa de Skackauskas (2014), percebo que a mobilização desta abordagem de direitos se origina de um eixo político marcado pelas ideias de violação dos direitos humanos e da vulnerabilidade das mulheres atendidas. A defesa, por parte da pastoral, dos direitos das mulheres que exercem a prostituição aciona o lugar da "vítima", e aqui me refiro aos sentidos que essa noção assume no campo, por exemplo, "vítima da exploração econômica", "vítima das péssimas condições de trabalho", "vítima da violência (nos hotéis e fora deles), "vítima do estigma". E, ainda, o que se depreende é que este lugar da vítima necessita, portanto, da tutela de alguém.

Compreendo que, num plano mais abrangente, em alguma medida a luta pelos direitos de categorias específicas se atrele a alguma concepção de vulnerabilidade. Todavia, entendo que o reforço do lugar de vítima, neste contexto de exercício da prostituição, contribui, de outro lado, para o enfraquecimento das identidades coletiva e política das trabalhadoras sexuais, o que, no meu ponto de vista, seria importante para promover mudanças significativas na nossa legislação, a qual suscita práticas completamente ambíguas em relação à prostituição. A gramática dos direitos centrada na figura da vítima tende a reforçar, sobre as trabalhadoras sexuais, a tutela tanto do Estado, que é, por diversas vezes, chamado no debate construído pela pastoral, quanto das organizações religiosas que atuam na Guaicurus. A gramática dos direitos acionada pelas organizações religiosas não é capaz de romper com os aspectos sociais, legais e simbólicos que colocam o trabalho sexual remunerado nas margens da sociedade.

## Daqueles direitos (im)possíveis

Três eixos ou sistemas normativos agregam as percepções sobre prostituição, determinando o modo como os Estados Nacionais legislam sobre o tema, por conseguinte, influenciando como a sociedade, em sua forma organizada ou não, enxerga e lida com a prostituição. Têm-se o proibicionismo/abolicionismo, regulamentarismo e a visão laboral. Os aspectos que caracterizam tais modelos demarcam um campo de disputas políticas e sociais (BARRETO, 2008; 2015; BARRETO; MAYORGA, 2016; TAVARES, 2014; 2016; GUERRA, 2019).

O eixo proibicionista/abolicionista encerra, no geral, a concepção que propõe a eliminação da prostituição. O proibicionismo criminaliza a prostituição, as prostitutas e todas as pessoas que nesta atividade se envolvem. A prostituta aqui é tratada como uma criminosa. O abolicionismo, por outro lado, veicula a ideia de que a prostituta é uma vítima que precisa ser liberta e conscientizada sobre as práticas que a colocam em situações de violência, submissão feminina, exploração, crime. Na posição de vítima, a prostituta assim não deve ser criminalizada (BARRETO, 2008; 2015; BARRETO; MAYORGA, 2016; TAVARES, 2014; 2016; GUERRA, 2019).

Versão atualizada do abolicionismo, o neoabolicionismo se baseia na defesa de políticas que visam criminalizar aqueles que se envolvem na "compra" de serviços sexuais. O neoabolicionismo se organiza a partir de múltiplas camadas de interesses políticos de quem o defende, e, neste grupo, incluo as feministas radicais, políticos conservadores, alguns grupos religiosos. Esta maneira de intervir nos espaços do comércio do sexo tem trajetórias diferentes por conta das particularidades que delineiam o contexto de diferentes países. Todavia, o que parece predominar nesta abordagem é a ideia de que o modelo sueco — ou as leis que criminalizam os clientes, leis implantadas na Suécia desde 1999 — se configura como a

panaceia para o "problema" da prostituição que, seguindo a herança do abolicionismo do século XIX, estaria relacionado com o tráfico sexual e ainda uma violência contra as mulheres[6].

O regulamentarismo identifica a prostituição a um "mal" necessário, devendo ser, portanto, controlado pelo Estado. Ao invés de acabar com a prostituição, conforme se verifica no proibicionismo/abolicionismo, a máxima desta abordagem é "controlar a prostituição". A ideia de controle aqui envolve a formulação de políticas públicas que visam definir alguns requisitos específicos para a manutenção das atividades relacionadas à prostituição. Tais políticas apresentam, em sua maioria, cunho higienista, são aplicadas no âmbito da saúde e da polícia e visam reduzir os ditos efeitos deste "mal". Registro de prostitutas em delegacias, a realização de exames periódicos, a demarcação de espaços na cidade para o exercício da prostituição, o que seriam as chamadas "zonas de tolerância", são alguns exemplos de medidas no âmbito deste sistema (BARRETO, 2008; 2015; BARRETO; MAYORGA, 2016; TAVARES, 2014; 2016; GUERRA, 2019).

O eixo laboral traz a prostituta como trabalhadora, como um sujeito político, um sujeito de direitos. Trata-se, portanto, de uma abordagem que dispõe sobre o reconhecimento da prostituição como um trabalho e marca a inserção das prostitutas organizadas ou não em torno de um movimento mais ou menos consolidado na esfera de discussão pública sobre o trabalho que exercem. Nessa linha, o que se defende é que a exploração que porventura ocorre na prostituição é fruto do estigma e isolamento que a essas mulheres são atribuídos em diversos espaços sociais. As lutas por melhores condições de trabalho e, em extensão, pela valorização da identidade profissional, que passa, então, pela dissociação do estigma que comumente se prende ao exercício da prostituição, são lutas que expressam a capacidade de agência destas sujeitas (BARRETO, 2008; 2015; BARRETO; MAYORGA, 2016; TAVARES, 2014; 2016; GUERRA, 2019).

O movimento brasileiro de prostitutas[7], no geral, se aproxima desta visão laboral, apesar de demandar medidas que, muitas vezes, tangenciam o modelo dito regulamentarista (BARRETO; MAYORGA, 2016). Uso a expressão "no geral" porque existem diferenças no que diz respeito ao alinhamento ou não dos diferentes grupos de prostitutas em relação aos projetos de dispositivos legais que tratam de prostituição no Brasil. As especificidades destas diferença, entretanto, não são objeto do escopo deste artigo.

Espelhando a falta de consenso que existe nos segmentos do movimento de prostitutas no Brasil acerca do processo de regulamentação da prostituição, as mulheres que exercem o trabalho sexual na região da Guaicurus também apresentam pontos de vista variados e esparsos quando se trata da regulamentação da prostituição. Aspectos da regulamentação são mais discutidos no âmbito dos grupos organizados de trabalhadoras sexuais, particularmente na APROSMIG e no Coletivo Rebu. Contudo, nas conversas individuais que tinha com as minhas interlocutoras, eu perguntava o que elas pensavam sobre o tema, e as mesmas falavam que não faziam defesa ou oposição sobre a pauta porque isso precisava ser mais discutido entre as prostitutas. Sempre mencionavam sobre as reservas de que os resultados de uma possível regulamentação as colocassem sob o mando de algum "*patrão*" ou que elas tivessem que "*assinar carteira*" com a denominação de prostituta.

---

[6] No livro organizado por Ellís Ward e Gillian Wylie, "*Feminism, prostitution and the state: the politcs of Neo-abolitionism*", análises críticas são apresentadas sobre a implantação de políticas neoabolicionistas em diversos contextos nacionais pelo mundo.

[7] Aqui faço referência aos grupos que são alinhados às diferentes redes que, atualmente, conformam o movimento de prostitutas no Brasil: Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) e a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX).

Os agentes religiosos, por seu turno, demonstravam em suas falas que o assunto era algo sobre o qual se refletia na pastoral, mesmo que essa abordagem contemple imprecisões. Mostro aqui trechos de fragmentos discursivos de agentes religiosos, fragmentos discursivos que focam em determinados pontos da ideia veiculada de regulamentação da prostituição:

> Trabalhamos muito porque os quatro projetos que temos aqui no Brasil, nós formamos uma rede, e todo ano fazemos um encontro em São Paulo, entende? E essa rede, a gente procura ir melhorando, vendo o que a sociedade acha, como a prostituição em outros estados vai caminhando, né, e trabalhamos muito em ver se a prostituição teria que ser legalizada, então saíam tantos projetos a favor da mulher ter carteira assinada, muita coisa. E a gente trabalhou, estudou muito nesse sentido. Mas a gente pensa muito assim, e elas dizem "como eu vou assinar minha carteira como prostituta? Quem vai querer no trabalho uma mulher que tenha na carteira assinado prostituta?" [...]. Então acho que tem coisas que a gente não está muito a favor, né? Mas estamos estudando qual seria o melhor, mas não chegamos a um determinado ponto, entende? (Simone).

> [...] não li muito sobre o assunto, não tenho uma coisa embasada pra te responder sobre isso, mas eu sei te falar pelo que eu já tenho escutado, pelo pouco que eu tenho lido, ele não vai resolver a mulher, vai continuar culpando ela e vai piorar a situação da mulher. Porque a gente tem percebido que as políticas principalmente com o atual governo, a gente está tendo perda de direitos, na verdade ele não gosta de pobre, não gosta de mulher, ele não gosta de ninguém. E a gente está percebendo que isso vai trazer muito mais, porque aí se eles começarem a exigir carteira assinada, tã nã nã, tã nã nã, o que que vai acontecer? As mulheres vão sair de uma estrutura, vamos supor, de um hotel, e começa a se prostituir na rua. Aí vai ter uma prostituição na rua, que já existe, mas você imagina assim, se a gente tem quatro mil mulheres circulando nos hotéis, que a gente falar que tem mais mil mulheres vão pra praça se prostituir, que que vai virar a situação? Então por isso que eu acho que vai se tornar uma situação muito precária pra essas mulheres, porque eu não vejo como a regulamentação trazendo coisas boas pra elas, eu acho que eles estão tentando justamente criar mais controle pra puni-las. (Jurema).

Contemplam pontos diversos os fragmentos discursivos (re)produzidos pelos agentes religiosos em relação à possibilidade de regulamentação da prostituição. Similar nestes fragmentos é sempre a proposição da defesa dos "*direitos humanos*", de modo geral.

> [...] por sermos da Igreja, nós não podemos falar "nós somos a favor da regulamentação da prostituição". O que que como Igreja podemos fazer? Trabalhar com as mulheres a questão do protagonismo, da autonomia, incentivar os coletivos que elas têm aqui, incentivar elas pra lutar por direitos. Mas a gente não pode falar assim "regulamentem a prostituição", por exemplo, "lutem para regulamentar" a gente não pode trazer isso assim. Primeiro que a gente vai fazer todo o processo, trabalhar a autoestima, a dignidade, o protagonismo, essas coisas, cuidado, porque elas se sentindo fortalecida, ela procura o caminho que ela quer. [...] Mas enquanto, por exemplo, se a gente for escrever um texto, a gente não pode colocar Diálogos Pela Liberdade, Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor é a favor da regulamentação da prostituição. Não pode, enquanto instituição nós não podemos. Mas podemos estudar, refletir, mas ir pro papel, dessa forma, não. [...] Aí a gente só pode falar dos prós e contras, discutir e tudo. (Rita).

> A gente estudou muito sobre isso, então isso não é um consenso dentro da instituição, ficou uma coisa meio assim, que a gente teria que lutar pelos direitos humanos dentro da prostituição. Você tem um lugar, você aluga pra trabalhar e tal, mas como que você regulamente isso como um trabalho. Apesar de estar na CBO? Entendeu? Então eu,

> pessoalmente, entendo que deveria sim existir uma regulamentação, entendeu? Porque no Brasil não é crime, você sabe [...] Aí você não tem uma lei que regulamenta, aí você cria um estado de exceção. Por quê? Porque quem dá as regras lá dentro é quem está com o poder econômico, que é exatamente quem é o criminoso, que é o proxeneta. Então, se a mulher, vamos supor, pelo código de defesa do consumidor, ela está no hotel: "Eu tô hospedada, minhas coisas foram roubadas lá, eu fui agredida. O hotel é responsável pela minha segurança. Eu posso ir no código de defesa do consumidor e reclamar". A prostituta não pode, porque ela é puta, ela vai chegar na delegacia: "não, o que que você está fazendo aqui?". A Maria da Penha só serve pra violência doméstica, não serve pra prostituição. (Bertha).

Em um cenário em que a plataforma de mobilização coletiva se refere aos direitos das mulheres, ou aos "*direitos humanos dentro da prostituição*", a questão da regulamentação, seja em quais termos for, se invisibiliza então, e não se conforma um debate que pode ter implicações no fortalecimento de uma identidade profissional e política da prostituta. As lutas são pelos direitos das mulheres. Lutas importantes e necessárias, sem sobra de dúvidas. Mas e os direitos trabalhistas e previdenciários das prostitutas? Com esta indagação não intento sugerir a defesa de um ou outro projeto de regulamentação, até mesmo porque isso não está em pauta atualmente. Apenas chamo a atenção aqui para a mobilização de uma gramática de direitos que sequer propõe o debate sobre a prostituição como um trabalho e as trabalhadoras sexuais como uma categoria profissional.

## Algumas palavras finais

Neste artigo, vimos como a pastoral, um dos grupos religiosos que atuam na região da zona boêmia de Belo Horizonte, tem fundamentado suas ações de intervenção numa espécie de abordagem de direitos no contexto das relações de ajuda que constrói com as mulheres que exercem e/ou exerceram o trabalho sexual remunerado.

No geral, o que se compreende é que essa mobilização dos direitos vai acompanhando uma mudança (ainda que pequena) na discursividade sobre a prostituição e a mulher que a exerce. A crescente atuação do movimento de prostitutas no Brasil pautando, em diferentes momentos, a discussão da prostituição no âmbito da cidadania e da reivindicação de direitos exige uma espécie de atualização dos discursos que sustentam a ação política dos grupos religiosos que se relacionam com essas mulheres.

O fato, porém, é que essa atualização possui suas especificidades e seus limites. Por exemplo, a gramática dos direitos mobiliza fortemente os direitos humanos e os direitos sociais daquela que está "em situação de prostituição", realizando um movimento de dessexualização da prostituição ao situá-la a uma concepção de ética do trabalho (quase sempre explorado) e da família.

## Referências

AGUSTÍN, L. Helping women who sell sex: the construction of benevolent identities, **Rhizomes**, issue 10. 2005a. Disponível em: < http://www.rhizomes.net/issue10/agustin.htm#_edn4>. Acesso em: 15 de março de 2018.

AGUSTÍN, L. La industria del sexo, los migrantes y la família europea. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 107–128, jul./dez. 2005b.

AGUSTÍN, L.M. **Sex at the margins**: migration, labour markets and the rescue industry. Zed Books: New York, 2007.

BARRETO, L. C. **Prostituição, gênero e sexualidade**: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BARRETO, L. C. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história**: prostituição e feminismos em Belo Horizonte. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BARRETO, L. C.; MAYORGA, C. Gabriela Leite: histórias de uma puta feminista. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (Orgs.). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 287–307

BUTLER, J. A vulnerabilidade corporal e a política de coligação. In: BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COELHO, M. C.; REZENDE, C. B. Introdução: o campo da antropologia das emoções. In: COELHO, M. C.; REZENDE, C. B. (Orgs.). **Cultura e sentimentos**: ensaios em antropologia das emoções. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51–66.

GUERRA, C. B. M. **"Mulher da vida, é preciso falar"**: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. 2019. 191f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

KLEINMAN, A. **What really matters**: living a moral life amidst uncertainty and danger. New York: Oxford University Press, 2006.

LEITE, G. S. The prostitute movement in Brazil: culture and religiosity. **International Review of Mission**, v. 85, n. 338, p. 417–426, 1996.

LUTZ, C. A. **Unnatural emotions**: everyday sentiments on a micronesian atol & their challenge to western theory. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, v. 10, n. 1, p. 121–158, 2006.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergente of multi-sited ethnography. **Annu. Rev. Anthropol**., v. 24, p. 95–117, 1995.

MCGROW, L. Doing it (feminist theology and faith-based outreach) with sex workers – beyond christian rescue and the problem-solving approach. Feminist Theology, v. 25, n. 2, p. 150–169, 2017.

OLIVAR, J. M. N. Prostituição feminina e direitos sexuais…diálogos possíveis? **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 11, p. 88–121, ago. 2012.

ROSADO-NUNES, M. J. Direitos, cidadania das mulheres e religião. **Tempo Social**, v. 20, n. 2, p. 67–81, nov. 2008.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SKACKAUSKAS, A. **Prostituição, gênero e direitos**: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

TAVARES, A. G. C. **A organização da zona**: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

TAVARES, A. G. C. Movimento feminista em disputa: paradoxos entre discursos nacionais e práticas regionais acerca do tema da prostituição no Brasil. In: VALDIVIESO, M. et al. Movimientos de mujeres y lucha feminista en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO, 2016. p. 17–72.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. **Social Science History**, v. 17, n. 2, p. 253–280, Summer, 1993.